

mo tes

ados O das

ia foi logo chum-
um sem clientes.
adas sete (três da
a Iberdrola e uma
quais o Governo
s de euros. As se-
BEPH somam-se
10: Baixo Sabor e
Nesta altura, há
ens do plano a se-
oz Tua e Fridão.
as ONGA enviado
m que, por si só,
a factura de elec-
çães “em 10%” e
o em projectos de
ria” custaria “dez
novas barragens”.
as barragens deste
a cerca de 3% da
e electricidade.

aldo nulo
ém a posição de
cente no Instituto
le Lisboa e espe-
ção e automação
rgia eléctrica. Em
ograma Biosfera
LICO, José Pinto
e, entre o que as
o plano irão pro-
gastar, “o saldo é
pera-se que pro-
atts, mas também
os mesmos 750

tam a energia eó-
ante a noite para
igua de embalses
as suas albufeiras
eríodo nocturno,
dução, porque o
icidade é menor
750 megawatts
ra bombar água e
no neste processo
r esta via apenas
egawatts, a que se
atts dos rios - 750
, portanto. “Logo,
am um serviço às
especialista.
adianta que a bar-
é, entre as que fa-
, aquela que mais
través da água do
atts. No entanto,
l, “apesar de ser a
mais energia terá
resmo que produ-
s 80 aerogerado-
nacional”.



Um problema no Douro Património Mundial Real Companhia Velha critica “

● A produtora de vinhos Real Companhia Velha é dona da Quinta dos Aciprestes, situada na zona em que as águas do rio Tua se misturam com as do Douro. A partir desta quinta, nas margens do Douro, será possível vislumbrar a barragem, já no final do percurso do Tua, e observar, com mais pormenor, o edifício de apoio, que ficará ainda mais próximo do Douro e cujo projecto está a ser revisto pelo arquitecto Souto de Moura. Tornar-se vizinho de uma obra de um arquitecto que já foi galardoado com um Pritzker (espécie de Nobel da Arquitectura) até poderia gerar algum ânimo nos responsáveis da Real Companhia Velha. Mas não é o caso.

“Temos assistido à montagem do estaleiro e à destruição paisagística que se está ali a passar. Por um lado, tem de haver progresso, por outro lado, temos de ter atenção aos custos ambientais e o que se está ali a fazer é, *a priori*, uma barbaridade”, aprecia Pedro Silva Reis, presidente da Real

Companhia Velha. A construção da barragem da EDP que, por estes dias, avança a todo o vapor, traz à memória de Pedro Silva Reis um episódio passado na Quinta dos Aciprestes, integrada no Alto Douro Vinhateiro, classificado como Património Mundial da Humanidade pela UNESCO.

A Real Companhia Velha quis fazer obras na vinha da quinta para facilitar o processo de mecanização desta, mas a intenção revelou-se bem mais complexa do que esperavam. “A nossa empresa, para fazer uma pequena obra, embargaram-na, e só não nos mandaram prender, porque não puderam. O Ministério do Ambiente queria multar-nos em 200 mil euros”, conta Pedro



Há que cuidar dos custos ambientais e “o que se está a fazer em Foz Tua é uma barbaridade”, diz Pedro Silva Reis

Debate A língua portuguesa e o acordo ortográfico

Pare, escute e olhe! Ainda vamos a tempo de evitar o desastre!

Ainda não perdemos a língua, dependendo de cada um de nós, cidadãos eleitores, suspender a entrada em vigor deste Acordo Ortográfico, que desfigura, corrompe, e ultraja o português de Portugal, em nome duma pretensa “ortografia unificada”, considerada incontornável para o “prestígio internacional” da língua portuguesa, obviamente na versão brasileira!

Pare! E pense que está em causa a nossa língua materna, isto é, o próprio cerne da nossa identidade como povo europeu, com uma História e uma cultura forjadas ao longo dos séculos.

O português, uma das línguas românicas da Europa, derivadas do latim que o Império Romano trouxe às regiões que estiveram sob o seu domínio, surgiu e desenvolveu-se, acompanhando a história da formação do reino de Portugal, cujo território se estendeu até ao Algarve, com D. Afonso III, em 1249.

É pelo léxico que a língua portuguesa começa a afirmar-se, por volta do século VI, datando de 1214-1216 os dois primeiros textos escritos em português.

Entretanto a língua afirma-se, estando o essencial da sua evolução terminada, do ponto de vista fonético, por meados do século XVI. A primeira gramática da nossa língua data de 1536, cabendo aos gramáticos, dicionaristas e escritores, ao longo dos séculos XVII e XVIII, um papel preponderante na fixação da língua-padrão. Infelizmente, a nossa Academia das Ciências, fundada no século XVIII, nunca teve, contrariamente às suas congéneres europeias, o papel determinante que lhe competia, na defesa e ilustração da língua portuguesa.

A partir da conquista de Ceuta, em 1415, Portugal sai do espaço europeu e lança-se na longa epopeia dos Descobrimientos, que espalhará o português pelos vários continentes. Desta extraordinária aventura resultou a “internacionalização” da língua portuguesa, que ainda hoje perdura, como língua materna, em Portugal e no Brasil e como língua oficial em Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique e Timor-Leste, os países da CPLP, e também em Macau. Falta ainda acrescentar as importan-



Maria José Abranches
Professora de Português/Francês

tes comunidades de emigrantes disseminadas pelo vasto mundo e algumas bolsas de pequenos grupos sociais que resistem, como se verifica em Goa, por exemplo.

Em todos estes países e regiões, com excepção do Brasil – que tem a sua própria norma da língua portuguesa, e que assumiu desde 1907 o direito de a ortografar como muito bem entende – a norma-padrão adoptada como referência foi sempre a do português europeu, estando em vigor, no essencial, a ortografia consagrada pelo Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro de 1945, que o Brasil, como sempre tem feito, não respeitou, mantendo-se fiel ao seu “Formulário Ortográfico” de 1943.

O Acordo Ortográfico de 1990, ressuscitado pela CPLP em 2004, mediante o Acordo do Segundo Protocolo Modificativo (aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 35/2008), que permite que apenas três países, dos oito, possam determinar a sua entrada em vigor, está em vias de subverter totalmente esta situação, que tem raízes históricas evidentes e irrefutáveis. De qualquer modo, somos todos povos soberanos e independentes e cabe a cada um de nós escolher o seu destino, cabendo-nos a nós decidir do nosso!

Escute! E ouça as diferenças existentes entre a nossa língua materna e a língua materna dos brasileiros: elas correspondem a dois percursos evolutivos progressivamente divergentes, no que toca essencialmente ao vocabulário, à sintaxe, ao ritmo e sobretudo à pronúncia, aliás marcada no Brasil por alguns arcaísmos. E note-se que, se nós entendemos facilmente os brasileiros (veja-se o sucesso das suas telenovelas entre nós), a série portuguesa *Equador* foi submetida a dobragem, no Brasil, conforme noticiado recentemente, o que é significativo!

Trata-se de facto de dois sistemas vocálicos inconfundíveis, até porque, na pronúncia-padrão brasileira, não há vogais pretónicas reduzidas, contrariamente ao que acontece na nossa pronúncia-padrão. Ora, e isto para falar do caso mais emblemático deste Acordo, a Base IV, foi em nome da adequação da ortografia

Ver a RTP ou ler alguns jornais, revistas ou livros tornou-se impossível para quem não suporta esta caricatura da nossa língua!



MUNO FERREIRA SANTOS

à sua pronúncia que o Brasil, pelo menos desde 1943, deixou cair as consoantes etimológicas, ditas “mudas”, que nós mantivemos, justamente pela necessidade de assim indicar a abertura das tais vogais pretónicas (ex: lectivo, colecção, adopção) e ainda por uma questão de coerência entre palavras da mesma família ou flexão (ex: Egípto, egípcio, egíptólogo). É pois evidente que não faz qualquer sentido invocar a este propósito o critério da pronúncia, como se faz neste Acordo, para exigir a supressão dessas consoantes na ortografia portuguesa, onde elas são, como já se viu, indispensáveis!

Olhe! E veja a confusão e a verdadeira devastação que este Acordo está já a provocar em Portugal! Agora ninguém se sente seguro da sua ortografia! Os pais dizem-se incapazes de ajudar os filhos nos trabalhos escolares! Ver a RTP ou ler alguns jornais, revistas ou livros tornou-se impossível para quem não suporta esta caricatura da nossa língua! O Estado português, com o dinheiro dos contribuintes, está empenhado em destruir o longo e dispendioso esforço de alfabetização dos portugueses, levado a cabo nas últimas décadas e assente numa ortografia da nossa língua claramente estabelecida e consolidada, a partir do já referido Acordo Luso-Brasileiro de 1945!

É o futuro da língua materna dos portugueses e de Portugal que está em perigo, entre nós e no mundo. Como queremos defender a nossa língua lá fora, se aceitamos maltratá-la e destruí-la no nosso próprio país, para servir interesses políticos e económicos que não são os nossos?

Ainda estamos a tempo de salvar a nossa língua materna! Subscrevamos a Iniciativa Legislativa de Cidadãos (<http://ilcao.cedilha.net/>) para a Revogação da Resolução da Assembleia da República n.º 35/2008!

Debate Estrutura curricular do ensino básico e secundário

Só há responsabilidade onde há liberdade

O Ministério da Educação colocou em consulta pública uma proposta de revisão da estrutura curricular do ensino básico e secundário para entrar em vigor já no próximo ano lectivo, mas anunciou que se trata de um primeiro passo de uma reforma mais profunda que tem ainda de ser estudada e preparada. Os desafios estritamente pedagógicos que se colocam a esta estrutura são muitos e eminentemente técnicos. Mas há duas questões estruturais que têm de ser tratadas e que estão a montante da discussão técnica: o financiamento e a autonomia da estrutura curricular.

Não vale a pena fingir que as opções são neutras do ponto de vista financeiro. No contexto da crise que vivemos, esta questão é inultrapassável. Sendo o maior custo de uma escola os salários dos docentes, a única forma de reduzir substancialmente os custos do sistema é diminuir o número de horas curriculares. Nesta matéria, a discussão importante é saber qual a fatia do Orçamento do Estado que deve ser atribuído à educação. Reduzir o debate ao “fazer mais com menos” é simplista e enganador. Este ano, chega ao 10.º ano de escolaridade o primeiro grupo de alunos que estão abrangidos pela escolaridade obrigatória de 12 anos. Sabendo nós que apenas cerca de 50% dos alunos que terminam o 9.º ano concluem depois o 12.º, o aumento da escolaridade obrigatória implica a duplicação da oferta de ensino secundário, com o con-



Rodrigo Queiroz e Melo
Director Executivo da Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP)

sequente aumento substancial dos custos com este nível de ensino. Não há volta a dar. Os mega-agrupamentos, a fusão de serviços do ministério, a diminuição do apoio às famílias no ensino privado não chega para fazer face a esta nova pressão no sistema. Mas a discussão é espúria. Portugal aceitou o memorando da *troika* que prevê a diminuição de custos na educação e o Orçamento do Estado 2012 está aprovado. Questão arrumada.

A segunda questão fundamental é a da autonomia das escolas. Portugal teve um aumento brutal do número de alunos que passaram a frequentar a escola. A taxa de abandono no ensino básico diminuiu drasticamente e a taxa de saída precoce também. Isto significa que hoje todas as crianças e jovens estão na escola. Na escola do passado, apenas tinham lugar alguns. Por outro lado, a sociedade mudou muito. A economia deixou de depender do trabalho para depender do conhecimento; a capacidade de repetir com correção uma tarefa deu lugar à necessidade de realizar novas tarefas. Daqui resultam duas tensões novas para a escola.

Por um lado, os alunos são mais diferentes uns dos outros do que eram. Na mesma turma convivem alunos com e sem apoio familiar; alunos que têm livros e computadores em casa e alunos que não têm casa. Mas a escola tem de dar resposta a todos.

Por outro lado, há uma alteração dos saberes e compe-

tências que a escola deve transmitir e promover. Aprendizagem ao longo da vida, aprender a aprender, *new millenium learners*, não são teorias e conceitos inventados em Portugal. Resultam de pensamento e investigação internacionais promovidos pela União Europeia, OCDE, UNESCO e outros organismos insuspeitos.

A heterogeneidade dos alunos e os novos desafios curriculares que se colocam às escolas não permitem manter a lógica de um currículo único para todos os alunos, todas as turmas e todas as escolas. Mais uma hora ou menos uma hora disto ou daquilo não resolve os problemas, nem prepara para os desafios.

Temos aqui uma janela de oportunidade: as restrições financeiras obrigam a reduzir a estrutura curricular e o Governo deu provas de que procura um *core curriculum*. Então, é chegado o momento de deixar amplos espaços de deliberação curricular para as escolas. Definir um número mínimo de horas de algumas disciplinas nucleares a que todos os alunos têm direito e deixar que cada escola defina o mais. Criar na escola o ambiente de inovação e procura da melhoria que vivemos na sociedade. Esta autonomia é a única forma de as escolas poderem responder aos desafios que se lhes colocam. Temos 1.500.000 desafios pela frente; um por cada aluno. Vale a pena confiar nas escolas e nos seus profissionais. Só há responsabilidade onde há liberdade.